

5. Movimentos Autárquicos Não-partidários: Os casos de Portalegre e do Redondo

José António Carochinho & Fernanda Neutel

Resumo

O presente trabalho procura enquadrar o fenómeno dos grupos de cidadãos, enquanto movimentos sociais da actualidade no campo da representação sociopolítica. Após esse enquadramento este paper apresenta dois desses movimentos que foram bem-sucedidos em anteriores actos eleitorais: o movimento MICRE, do município do Redondo, e o movimento CLIP, no município de Portalegre. Analisamos a sua origem, a sua estruturação e o seu modus operandi. A análise do contexto em que ambos emergem (ambos com ligações anteriores a partidos políticos) justificam a nossa opção pelo tratamento destes grupos de cidadãos como movimentos autárquicos não-partidários.

Palavras chave: Movimentos Sociais, Movimentos Autárquicos Não-Partidários, Movimento CLIP, Movimento MICRE.

Abstract

This paper establishes the citizen group as a phenomenon as a field of social-political representation within the framework of present-day social movements. Then, it examines two successful movements in previous elections: The MICRE, movement in Redondo municipality, and the CLIP movement in Portalegre municipality. Their origins, organization and modus operandi are analysed. The fact that both emerge from former connections to political parties accounts for our analysis of those movements as non-partisan municipal citizen groups.

Keywords: Social Movements, Non-Partisan Municipal Movements, CLIP Movement, MICRE Movement.

Introdução

147

De entre os diversos comportamentos colectivos, os movimentos sociais constituem-se na actualidade como uma das áreas mais importantes de estudo (Javaloy, Rodríguez, & Espelt, 2001). Essa importância advém, por um lado, de ser um domínio interdisciplinar abraçado pela Sociologia, pela Psicologia Social, pela História, pela Antropologia e pela Ciência Política, entre outras, e, por outro, por serem consequências de problemas sociais que adquirem legitimidade à medida que vão obtendo apoio e reconhecimento social, sem que haja uma solução emergente através da ordem estabelecida. Os movimentos sociais são formas de comportamento colectivo porque compartilham com este traços básicos: serem emergentes e não institucionais. No entanto, possuem características próprias muito particulares que, de acordo com Goode (1992), os destringam de outros comportamentos colectivos: são mais planeados, opõem-se à ordem instituída, são duradouros, organizados, as condutas são intencionais e instrumentais e visam uma solução para um determinado problema bem identificado. Os movimentos sociais apresentam assim três princípios: o da identidade (que se refere aos que se autodefinem como participantes), o da oposição (à ordem instituída) e o da totalidade (que está relacionado com o objectivo que professam e que tentam impor à sociedade) (Touraine, 1982, Castells, 1998).

Pode-se, desta forma, afirmar que os movimentos sociais são expressões da organização da sociedade civil. Agem de forma colectiva como resistência à exclusão e luta pela inclusão social, procurando promover (ou evitar) a transformação social da ordem instituída por meio da vontade humana. É também uma forma de fomentar sentimentos de pertença social e de mobilização dos indivíduos para o exercício da cidadania.

Explicitado que está o quadro teórico, debruçamo-nos de seguida sobre o objecto de estudo que esta investigação encerra: os movimentos autárquicos independentes, que, em nosso entender, nos parece mais correcto chamarem-se *movimentos autárquicos não-partidários*, como adiante esclareceremos.

A legitimidade das deliberações das autarquias locais advém da eleição dos respectivos órgãos e encontram-se constitucionalmente consagrados na lei enquanto órgãos executivos (Câmaras Municipais

148 e Juntas de Freguesia) e órgãos deliberativos (Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesia). Aos primeiros compete propor e executar; aos segundos avaliar e aprovar as propostas do executivo. A sua eleição é sufragada por 4 anos e, desde 2005, os eleitos (Presidentes de Câmaras e de Juntas de Freguesia) estão limitados a 3 mandatos consecutivos (Miguel, 2016).

A partir de 1997, a revisão constitucional veio permitir que grupos de cidadãos também pudessem concorrer às eleições para os municípios (Assembleias Municipais e Câmaras Municipais) uma vez que até então só o podiam fazer para as Assembleias de Freguesia. Esta abertura a independentes veio originar um *boom* de movimentos que pelas mais diversas razões e motivos se têm apresentado a sufrágio tendo obtido resultados eleitorais bastantes animadores (veja-se os casos dos municípios de Aguiar da Beira, Anadia, Borba, Calheta, Estremoz, Vila Nova de Cerveira, Matosinhos, Oeiras, Portalegre, Porto, Redondo, Santa Cruz e São Vicente, em que tais candidaturas conseguiram consagrar-se vencedoras). Nas últimas eleições autárquicas estes movimentos constituíram-se já como a quarta força política sufragada. Existem, no entanto, várias reacções aos *movimentos autárquicos não-partidários*.

1. *Há os que acreditam na necessidade destes movimentos*. Nos seus argumentos, acentuam o descontentamento com os tradicionais partidos políticos e com o afastamento das comunidades locais. As pessoas identificam-se cada vez menos com o *modus operandi* dos partidos e esse descontentamento traduz-se no aparecimento de mais candidaturas independentes. Também aqui se inclui a descrença face à classe política, que é vista como uma elite privilegiada afastada cada vez mais dos cidadãos, na qual o nepotismo é uma constante, sendo detentora de múltiplos e injustificáveis privilégios. Segundo Norris (2011) os cidadãos sentem falta de responsabilização e transparência. As decisões políticas são mais determinadas pelos interesses privados dos políticos ou de outras entidades aparentemente não identificáveis do que pela causa pública. Esta perspectiva é, por assim dizer, reveladora de que o sistema clássico está, há muito, a dar sinais de grave crise estrutural, dando azo a fortes tendências centrífugas. Dentro dos argumentos que são apontados nesta perspectiva, emerge ainda a ideia de que os movimentos surgem porque os cidadãos são cada vez mais exigentes e mais complexos (quer na forma como estão na vida

pública com múltiplas e distintas adesões a causas diversas; quer na forma como acedem à informação e às tecnologias que utilizam para tal efeito). Além disso, com esta perspectiva argumenta-se ainda que os movimentos não-partidários fomentam o exercício da cidadania, contribuem para a diminuição do excesso de endogamia do sistema, tendo consequências na diminuição da abstenção, e, dando por isso, maior legitimização aos eleitos e a todo o sistema político.

2. *Há os que não compreendem para que é que esses movimentos servem.* Enquadram-se aqui todos aqueles que desejam a hegemonia dos partidos e, como tal, põem o ênfase no papel insubstituível das formações partidárias na política contemporânea. Para estes, a única forma séria de fazer política é no seio dos partidos e qualquer alteração ao *status quo* não é vista com bons olhos e é entendida como séria ameaça à sobrevivência da partidocracia. Para estes actores, falar de regeneração da elite dirigente e em ruptura com essa lógica endogâmica dos partidos é algo impensável. Por isso mesmo, são avessos à mudança e procuram limitar a actividade desses movimentos criando entraves vários, não lhes permitindo que esses movimentos lhes façam concorrência em pé de igualdade.

3. *Há os que encaram os movimentos não-partidários de forma instrumental e que acreditam que o único objectivo desses movimentos é chegar ao poder.* É verdade que a lei permite candidaturas de grupos de cidadãos independentes e não de uma pessoa independente. Acontece porém que, nalguns movimentos, fica-se com a sensação de que se trata de uma candidatura individual, tal é a personalização ou, no dizer de Pinto (2015), a fulanização da campanha numa única pessoa, normalmente um político conhecido, desavindo com o seu partido.

Independentemente do tipo de reacções apontadas, a verdade é que os movimentos de cidadãos estão aí e vieram para ficar. São fruto da nova realidade em que vivemos e das novas exigências dos cidadãos. Enquanto movimentos sociais que são, apresentam-se ao escrutínio, reclamam novos interesses e incorporam rapidamente as novas reivindicações porque são mais flexíveis que o sistema político tradicional. Além disso, não só promovem a participação, mas também a propiciam no plano individual aos participantes. No dizer de Baumgarten (2015), estes movimentos têm um papel importante no desenvolvimento da democracia deliberativa-participativa, ou seja, o ideal político de todos os cidadãos a participarem num espaço público que se caracteriza pela

150 igualdade, pela inclusão e pela transparência. São movimentos que estimulam e aceleram o processo de criação e de melhoramento da participação dos cidadãos na vida política.

Objectivo e percurso metodológico

O objectivo deste paper consiste em apresentar dois *movimentos autárquicos não-partidários* de dois municípios alentejanos, o do Redondo (MICRE) e o de Portalegre (CLIP). Pretende-se analisar a sua origem, a sua estruturação e o seu *modus operandi*, tendo por base o último acto eleitoral autárquico (2013).

Percurso Metodológico. A técnica utilizada na recolha da informação foi a entrevista estruturada através de um guião previamente elaborado, para que as mesmas questões fossem formuladas a todos os inquiridos. Os entrevistados foram os presidentes da Câmara Municipal do Redondo e da Câmara Municipal de Portalegre, cabeças de lista dos movimentos MICRE e CLIP, respectivamente.

Movimento Autárquico Não Partidário do Redondo – MICRE

O primeiro movimento de cidadãos a alcançar a Câmara Municipal no Alto Alentejo foi o de Redondo. Este aspecto parece ter sido de extrema importância porque foi um elemento galvanizador, pois suscitou o entusiasmo, a adesão e a mobilização dos eleitores a este tipo de movimentos. Além disso, preparou a opinião pública para outras alternativas possíveis, para além dos partidos e coligações, reconhecendo-se, assim, que também há a possibilidade de auto-organização fora do tradicional sistema de partidos.

O Redondo é uma vila, sede de concelho do distrito de Évora, com duas freguesias (Montoito e Redondo) e 5.733 habitantes. Em termos políticos, nas eleições legislativas, durante seis mandatos consecutivos, foi dominada pelo voto no Partido Comunista Português e nas suas coligações (Aliança Povo Unido e Coligação Democrática Unitária) e, nos sete últimos actos eleitorais legislativos, pelo Partido Socialista. Entre os seis sufrágios em que foi vencedor o partido comunista e os sete sufrágios em que foi vencedor o partido socialista houve um interregno em que o vencedor foi o Partido Social Democrata (1991) (ver quadro 1).

Quadro 1. Resultados das eleições legislativas no Redondo (partidos vencedores)

151

1976	1979	1980	1983	1985	1987	1991	1995	1999	2002	2005	2009	2011	2015
PCP	APU	APU	APU	APU	CDU	PSD	PS						

No que diz respeito aos actos eleitorais autárquicos, a autarquia do Redondo até 2001 só conheceu executivos liderados pelo Partido Comunista e, a partir de 2005, três sufrágios em que o grupo de cidadãos se consagrou como vencedor (ver quadro 2).

Quadro 2. Resultado das eleições autárquicas no Redondo (partidos vencedores)

1976	1979	1983	1985	1989	1993	1997	2001	2005	2009	2013
FEPU	APU	APU	APU	CDU	CDU	CDU	CDU	GC	GC	GC

Para compreender o fim da hegemonia do Partido Comunista a favor de um grupo de cidadãos importa efectuar uma análise detalhada dos nomes dos presidentes de Câmara eleitos nos diferentes actos eleitorais autárquicos. Analisando o quadro 3, que se segue, verificamos que há uma perpetuação do nome de Alfredo Barroso, que foi cabeça de lista pela Aliança Povo Unido (APU) e pela Coligação Democrática Unitária (CDU) durante 7 mandatos consecutivos. Em finais de 2004, o Ministério Público requereu o seu julgamento acusando-o da prática de seis crimes (um de prevaricação, dois de falsificação de documentos e três de abuso de poder). Concomitantemente a esta situação, Alfredo Barroso e o seu vice-presidente António Recto manifestaram-se publicamente em favor de Carvalho da Silva para a liderança do PCP em detrimento de Jerónimo de Sousa. Por um ou por outro motivo (ou mesmo por ambos) a CDU retirou-lhes a confiança política, tendo os mesmos decidido concorrer autonomamente num movimento sem o apoio de qualquer partido. O sucesso do movimento então criado foi tal que lhes garantiu a vitória em três actos eleitorais autárquicos subsequentes (2005, 2009 e 2013). Em 2013, devido à lei de limitação de mandatos - lei nº 46 /2005 -, Alfredo Barroso não se pôde recandidatar à Câmara Municipal, sendo o movimento de cidadãos encabeçado pelo seu vice-presidente. No entanto, não se afastou da política e encabeçou a lista à Assembleia Municipal.

Quadro 3 - Presidentes eleitos da Câmara Municipal do Redondo

	Vencedor	Presidente CM	%	Mandatos
1976	FEPU	Manuel Roque	47,00%	3 em 5
1979	APU	António Parra	52,80%	3 em 5
1982	APU	Alfredo Barroso	48,90%	3 em 5
1895	APU	Alfredo Barroso	54,00%	3 em 5
1989	CDU	Alfredo Barroso	57,80%	3 em 5
1993	CDU	Alfredo Barroso	61,10%	4 em 5
1997	CDU	Alfredo Barroso	61,50%	4 em 5
2001	CDU	Alfredo Barroso	48,40%	3 em 5
2005	GC	Alfredo Barroso	43,60%	3 em 5
2009	GC	Alfredo Barroso	53,80%	4 em 5
2013	GC	António Recto	53,50%	3 em 5

Feita esta contextualização importa apresentar o grupo de cidadãos que emergiu neste concelho. Foi fundado em 2005 e denomina-se de Movimento Independente do Concelho do Redondo – MICRE. O seu Fundador foi Alfredo Barroso, dissidente do PCP (a quem fora retirada confiança política pelos motivos atrás apontados), que o impedia de concorrer novamente a acto eleitoral. Este líder já tinha grande notoriedade, uma vez que já havia desempenhado as funções de Presidente de Câmara durante 19 anos consecutivos. Estatutariamente, em 2006, o Movimento MICRE constituiu-se como uma associação de intervenção cívica, social e política na área do município do Redondo, com os órgãos estatutários previstos na lei. Trata-se de um movimento com um líder bem identificado que consegue congregar em seu redor elementos de origem política muito variada (indivíduos sem filiação partidária, indivíduos que já foram membros de partidos, dissidentes, etc.). Quanto aos apoios humanos, cinge-se a munícipes voluntários e a sócios; em termos de apoios físicos e estruturais, limitam-se a uma sede de campanha alugada e, no que respeita a apoios financeiros, às quotas dos membros, acrescidas da subvenção pública destinada ao financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais (apenas 25%, porque não conseguem justificar mais).

Em termos de funcionamento. Tinham sede alugada e era lá que se reuniam. Quando eram muitos recorriam a um espaço cedido pela CM (procedimento esse que era habitual quando solicitado por qualquer força política). As reuniões ocorriam sempre que necessário e no final do dia. Os elementos do movimento tinham constantes encontros com os eleitores e um relacionamento cordial com os restantes partidos. É um movimento que está representado na AMAI, *Associação Nacional dos Movimentos Autárquicos Independentes*. Quanto aos aspectos comunicacionais, tinham um porta-voz, recorriam a uma rádio local (Rádio Campanário de Vila Viçosa) e apresentavam um considerável manuseamento das TIC's: *site* próprio e manutenção de uma rede social (Facebook) na qual apresentava textos informativos consistentes, avisos e/ou mensagens curtas e conteúdos pictóricos (fotografias da campanha). Tinham também um e-mail para responder a dúvidas dos munícipes.

Na preparação da campanha eleitoral há alguns aspectos que são tidos em consideração, nomeadamente a elaboração das listas. Esta passa sempre pelos órgãos do movimento e segue os seguintes critérios: "ter capacidade", "trazer mais-valia", "estar apto para o exercício de certas funções" e "ter disponibilidade". O género (3 homens/1 mulher) e o prestígio social foram alguns dos parâmetros a ter em consideração. Na execução, as modalidades de acção de campanha assentaram em sessões de esclarecimento, arruadas, entrevistas nos *media* locais. Quanto aos materiais utilizados e sua produção é de realçar os pendões, cartazes de pequena dimensão, faixas e brindes.

O plano estratégico do movimento teve essencialmente em consideração cumprir as competências que são atribuídas às autarquias pela lei 75/2013 e dar continuidade aos mandatos anteriores.

Quanto ao exercício do poder, argumentam ter o programa eleitoral totalmente cumprido. Salientam alguns projectos como emblemáticos, como é o caso da criação do cartão social do idoso, que facilita o pagamento de medicamentos e outras actividades relacionadas com o seu bem-estar. Não nos podemos esquecer que este é um município muito envelhecido e a atenção para com os idosos é fundamental.

Quanto ao futuro, o movimento MICRE vai ter continuidade nas eleições autárquicas de 2017. O actual Presidente de CM vai recandidatar-se e as bandeiras da campanha irão ser questões sociais, bem-estar da população, emprego, investimento na preservação do património e

154 na cultura. As listas irão ter continuidade, embora com alguma renovação.

Movimento Não Partidário de Portalegre – CLIP

Portalegre é uma cidade com 24.930 habitantes e é sede de concelho do distrito homónimo. É um concelho que tem 7 freguesias: Alagoa, Alegrete, Fortios, Reguengo e São Julião, Ribeira de Nisa e Carreiras, Sé e São João (Portalegre) e Urra. Em termos políticos, no que às eleições legislativas diz respeito há uma predominância de escrutínios favoráveis ao Partido Socialista, com três actos eleitorais favoráveis ao PSD (ver quadro 4).

Quadro 4 - Resultado das eleições legislativas em Portalegre (partidos vencedores)

1976	1979	1980	1983	1985	1987	1991	1995	1999	2002	2005	2009	2011	2015
PS	PS	PS	PS	PS	PSD	PSD	PS	PS	PS	PS	PS	PSD	PS

No que respeita ao poder autárquico, a situação inverte-se, havendo mais escrutínios favoráveis ao Partido Social-Democrata e apenas quatro ao Partido Socialista (quadro 5).

Quadro 5. Resultado das eleições autárquicas em Portalegre (partidos vencedores)

1976	1979	1983	1985	1989	1993	1997	2001	2005	2009	2013
PS	AD	PS	PS	PSD	PDS	PS	PSD	PSD	PSD	GC

Para compreender a perda da supremacia que o PSD havia adquirido nos actos eleitorais autárquicos de 2001, 2005 e 2009 a favor de um grupo de cidadãos em 2013, importa analisar o quadro 6, que apresenta os nomes dos presidentes de câmara eleitos. Dessa análise constatamos que as eleições de 2001, 2005 e 2009 deram vitória ao PSD e elegeram como presidente Mata Cáceres.

Quadro 6 - Presidentes eleitos da Câmara Municipal de Portalegre

	Vencedor	Presidente CM	%	Mandatos
1976	PS	Fernando Soares	43,80%	3 em 7
1979	AD	João Maças	41,10%	3 em 7
1982	PS	Rui Simplício	44,90%	3 em 7
1895	PS	Rui Simplício	41,50%	4 em 7
1989	PSD	João Miguéns	45,10%	3 em 7
1993	PSD	João Miguéns	49,60%	4 em 7
1997	PS	Amílcar Santos	42,20%	3 em 7
2001	PSD	Mata Cáceres	42,50%	3 em 7
2005	PSD	Mata Cáceres	42,50%	3 em 7
2009	PSD	Mata Cáceres subst. Adelaide Teixeira (2 anos)	42,50%	3 em 7
2013	GC	Adelaide Teixeira	42,44%	4 em 7

No entanto, no decurso do terceiro mandato, José Mata Cáceres demitiu-se do cargo, alegando razões de natureza pessoal, assumindo a sua vice-presidente (Adelaide Teixeira) a liderança da autarquia. Ao longo dos 10 anos em que liderou o município, Mata Cáceres, e a sua equipa, mudou o visual da cidade, aproveitando as verbas do programa Polis. Destaca-se a requalificação do centro histórico, a construção do Centro de Artes e Espectáculos e a mudança dos serviços da câmara para a antiga fábrica de lanifícios. Em 2013, Adelaide Teixeira pretendia dar continuidade ao trabalho empreendido e encabeçar a lista pelo PSD à Câmara Municipal. No entanto, o PSD optou por nomear um militante tendo a escolha recaído no médico Jaime Azedo em detrimento da presidente de câmara, que havia sido eleita como independente nas listas do PSD. Se é verdade que nas eleições autárquicas de 2009 o PSD havia ganho as eleições, tendo obtido 42,5% dos votos, o movimento de cidadãos encabeçado por Adelaide Teixeira obteve 42,44% dos votos (elegendo 4 dos 7 mandatos) e remetendo o PSD para 10,60% dos votos, afastando-o por completo da autarquia.

O movimento de cidadãos a que até aqui temos feito referência denomina-se Movimento de Cidadãos Livres e Independentes por Portalegre (CLIP). Foi fundado em 2013 como movimento de cidadania para concorrer às eleições autárquicas. Por imposições legais, estatu-

156 tariamente, em 2014 o Movimento constituiu-se como uma associação cívica livre, rigorosamente independente e não submetida a filiações ou orientações de qualquer natureza (ideológica, partidária, religiosa ou outra), com os órgãos estatutários previstos na lei. Teve como fundadores “uns quatro ou cinco elementos” nos quais se encontrava Maria Adelaide Teixeira. As motivações óbvias que estiveram na origem do movimento foi a recusa por parte do PSD de uma independente encabeçar a lista à Câmara Municipal. No entanto, outras argumentações foram igualmente apresentadas: insatisfação face aos partidos políticos (em particular às máquinas partidárias), o querer fazer algo pela terra e o desencantamento com as imposições partidárias. Apesar de se considerar um movimento que não tem a organização centrada num líder, destacava-se o Eng^o Nuno Lação, que era secretário da CM, e a actual Presidente. Quanto à origem dos restantes elementos estes eram maioritariamente candidatos independentes sem filiação partidária.

Quanto aos apoios humanos recebidos, estes limitam-se aos munícipes voluntários; nos apoios estruturais apoiavam-se numa sede alugada e na cedência de quatro grandes *outdoors* cedidos pelo Hipermercado Continente, antes que os mesmos fossem deitados fora e que foram reciclados pelo movimento CLIP. Quanto aos apoios financeiros limitavam-se às quotas dos membros (quotização desigual em função das possibilidades de cada um).

Em termos de funcionamento. Tinham sede alugada e era lá que se reuniam. As reuniões eram ao final do dia e/ou à noite, duas vezes por semana. Os elementos do movimento tinham constantes encontros com os eleitores e um relacionamento cordial com os restantes partidos. É um movimento que está igualmente representado na AMAI. Quanto aos aspectos comunicacionais, tinham um porta-voz, recorriam a uma rádio local (Rádio Portalegre) e apresentam um considerável manuseamento das TIC's: *site* próprio e manutenção de uma rede social (Facebook), na qual apresentava textos informativos consistentes e conteúdos pictóricos (fotografias da cidade e da campanha).

Na preparação da campanha eleitoral tinham em consideração o seguinte: na elaboração das listas, a presidente da CM escolhe o presidente da AM e, posteriormente, cada um deles escolhe as suas listas. Quanto às principais competências para integrar um executivo camarário foram-nos indicadas as seguintes: alguém com formação na área financeira; alguém com valências em educação, desporto e cultura e

alguém com valências na área da engenharia civil ou arquitectura (para ocupar o pelouro do urbanismo). Além disso, dever-se-ia cumprir os seguintes parâmetros: paridade de género, a formação (pelos motivos apontados), a profissão e o prestígio social. Na execução da campanha, as *modalidades de acção* assentaram em comícios, sessões de esclarecimento, arruadas, distribuição de panfletos nas caixas de correio e contactos porta-a-porta. Quanto aos materiais *utilizados e sua produção* realce para os *outdoors* de grande dimensão, postais com imagem da terra com um Clip.

O plano estratégico do movimento teve essencialmente em consideração cumprir as competências que são atribuídas às autarquias pela lei 75/2013 e ter em consideração três vectores dominantes:

- a) *Diminuição da despesa*. Teve-se em especial atenção a situação financeira do município (que tinha uma dívida de 53 milhões de Euros) e a grande prioridade foi o saneamento financeiro (actualmente tem uma dívida de 27 milhões, que ainda é superior ao orçamento camarário, que é de 18 milhões);
- b) *Atracção e captação de investimento*, que gere criação de empregos. Assumiram um entendimento de que a CM deverá ser um elemento facilitador da economia, para criar emprego e fixar as pessoas à terra. Neste vector, a principal medida consistiu em isentar as empresas do imposto de derrama nos primeiros anos ou reduzir esse mesmo imposto;
- c) *Promoção do turismo cultural e paisagístico* (Portalegre tem 5 conventos e é a cidade com o maior número de casas brasonadas). Ainda hoje a CM assume a promoção de uma actividade cultural por mês.

Quanto ao exercício do poder, a entrevistada apontou uma concretização de projectos muito limitada devido ao endividamento da autarquia (53 milhões de Euros). No entanto, salientou a requalificação de uma escola, a requalificação de alguns edifícios de habitação social, a diminuição da taxa de desemprego, como consequência do investimento que conseguiu atrair para o concelho. Referiu que ficaram muitas promessas por cumprir, nomeadamente aquelas que fazem apelo aos apoios comunitários. Efectivamente, há 6 milhões de fundos comunitários já aprovados para investir no concelho, mas há o problema das

158 contrapartidas (a CM tem que entrar com 15%) e a CMP está completamente endividada.

Quanto ao futuro, o movimento CLIP vai ter continuidade nas eleições autárquicas de 2017. A actual Presidente da CM vai recandidatar-se e as bandeiras da campanha irão assentar na continuidade do trabalho feito, criar incentivos para atrair mais investimento, para fixar as pessoas à terra e propiciar qualidade de vida e apostar na requalificação urbana. As listas irão ter descontinuidade.

Conclusão

O trabalho aqui apresentado abordou a temática dos grupos de cidadãos no sistema eleitoral português. Os dois movimentos apresentados, apesar de nos remeterem para terras alentejanas, emergem em contextos bastante diferentes: um é de uma pequena vila com pouco mais de 5.700 habitantes, o outro é de uma cidade capital de distrito com quase 25.000 habitantes. Em termos eleitorais o primeiro irrompe num município em que o poder autárquico tinha a hegemonia do partido comunista; no outro, o poder autárquico era dominado nos últimos actos eleitorais pelo PSD. Há, no entanto, pontos de convergência: os grupos de cidadãos a que nos referimos neste trabalho apresentam líderes que já haviam exercido a presidência de Câmara, embora nas listas de outros partidos. E um outro ponto que convém mencionar é que "o abandonar" os partidos pelos quais haviam sido eleitos acarreta uma descida percentual significativa nesses mesmos partidos, assistindo-se a uma deslocação de sufrágios a favor dos novos movimentos autárquicos que então se formaram.

A *primeira conclusão* que daí retiramos é que nas eleições autárquicas os eleitores votam mais em pessoas do que propriamente em partidos e em ideologias que os formatam. Preferem pessoas da terra com provas dadas em detrimento de ilustres desconhecidos impostos pelas estruturas partidárias.

A *segunda conclusão* que daqui retiramos é a de que chamar a estes movimentos emergentes *grupos de cidadãos independentes* ou *movimentos independentes* parece-nos algo demasiado forçado, porque de independentes têm pouco. Por tal motivo, optamos por os referir como *movimentos autárquicos não-partidários*.

A *terceira conclusão* é a constatação de que estes movimentos são formas emergentes de exercer a cidadania e que de alguma forma têm vindo a preparar e sensibilizar a opinião pública para a possibilidade de vias alternativas para tal exercício, fora do tradicional sistema de partidos e coligações. Destarte, o sucesso destes movimentos tem demonstrado que a automobilização é possível e que pode facilmente ser potenciada pelo uso adequado das novas tecnologias de informação e de comunicação (TICs), sem a tradicional intermediação de terceiros (que no passado já se mostraram incompetentes). Como nos diz Santos (2017) a cidadania tem hoje ao seu dispor instrumentos que podem obrigar o *establishment* político e o mediático a arrear caminho, obrigando-os a vir a jogo e, caso não venham, a derrotá-los no seu próprio terreno. Para tal, não é preciso adoptar soluções populistas, sejam elas de direita ou de esquerda. Basta promover uma cidadania activa.

Bibliografia

- Baumgarten, B. (2015). O futuro dos movimentos sociais na representação sociopolítica. In A. Freire (Org.), *O Futuro da representação política democrática* (pp. 143-156). Lisboa: Editora Vega.
- Castells, J. (1998). *Política, cultura y movimientos sociales*. Bilbao: Bakeaz.
- Goode, W. J. (1992). *Collective Behavior*. New York: Harcourt Brace Jovanovich.
- Javaloy, F., Rodríguez, A., & Espelt, E. (2001). *Comportamiento Colectivo y Movimientos Sociales*. Madrid: Prentice Hall.
- Miguel, J. T. (2016, Setembro, 16). Política: os movimentos independentes autárquicos em Portugal. *Região de Rio Maior, 1459*.
- Norris, P. (2011). *Democratic Deficit Critical Citizens*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pinto, J. F. (2015). *O Poder em Portugal – Partidos e cidadãos: espaço para dois*. Coimbra: Almedina.
- Santos, J. A. (2017, Março, 07). Nem endogamia, nem populismo. *Jornal online "Tornado"*.
- Touraine, A. (1982). *Mouvements sociaux d'aujourd'hui*. Paris: Editions Ouvrières.